

F. Ciências Sociais Aplicadas - 12. Serviço Social - 3. Serviço Social da Educação

GESTÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: A VISÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARINGÁ – PARANÁ.

Michelle Teodoro Garcia¹

Alexandre Rosseto Garcia²

Wagner Roberto do Amaral³

1. EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pará

2. EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental

3. UEL – Universidade Estadual de Londrina

INTRODUÇÃO:

A Política Educacional é gerida sob princípios da Gestão Democrática, configurada pelo controle da educação pública, o qual é exercido pela sociedade civil, mediante a criação dos Conselhos Gestores. A atuação destes na Educação é um instrumento inovador. Segundo Raichelis, os Conselhos se organizam em diferentes setores e “significam uma experiência em construção, no que se refere a uma nova institucionalidade nas práticas de gestão pública, que buscam articular a ação organizada e compartilhada de atores da sociedade civil e do Estado” (apud RAICHELIS; WANDERLEY, 2004, p. 23). Dentro desse contexto, há questões específicas que direcionam a atuação dos Conselhos, como a paridade entre seus membros, a capacitação dos conselheiros, o acesso às informações e a compreensão sobre os temas educacionais. O objeto do trabalho é a Gestão da Política Educacional do Município de Maringá-PR. O objetivo deste trabalho foi analisar a compreensão dos membros do Conselho Municipal de Educação (CME) de Maringá sobre Educação e Política Educacional, seu entendimento sobre a Gestão da Política Educacional e sobre o papel do Conselho e do Conselheiro Municipal de Educação.

METODOLOGIA:

O trabalho foi realizado junto ao CME de Maringá, de fevereiro a abril de 2005. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, gravadas com prévia autorização dos entrevistados. A amostra dos entrevistados foi escolhida considerando os diferentes segmentos representados no CME (poder público e sociedade civil). Como não havia paridade na distribuição dos conselheiros por segmentos no CME de Maringá, foi necessário delimitar a amostra a quatro conselheiros. Foram entrevistados dois representantes do poder público e dois da sociedade civil, doravante denominados apenas como “poder público” e “sociedade civil”. Os principais elementos abordados nesta pesquisa foram: “A Educação e a Política Educacional”, “A Gestão das Políticas Educacionais” e “O Papel do Conselho e do Conselheiro Municipal de Educação”, os quais são importantes para direcionar a compreensão das experiências gestoras dos conselheiros de educação oriundos do poder público e da sociedade civil. As informações colhidas foram transcritas, analisadas e sintetizadas, de modo a detectar as concepções dos conselheiros sobre os temas abordados.

RESULTADOS:

O poder público compreende a Educação como a base para a transformação social, enquanto a sociedade civil percebe a Educação como elemento básico para a sobrevivência na sociedade, bem como para ser um cidadão de direitos. No entanto, ambos os segmentos percebem a Educação como conhecimento técnico, pedagógico e profissional, e como saber historicamente acumulado. Consideram apenas a política pública como partícipe da Política Educacional, são unânimes em destacar o seu caráter público, gratuito e aberto à comunidade, com qualidade de ensino.

Quanto à gestão das Políticas Educacionais, os conselheiros consensualmente explicitam dois níveis de gestão: o macro, que corresponde à administração da Educação pelos órgãos públicos (secretarias de educação), conforme a competência do ensino em cada esfera (estadual e municipal) e o micro, que corresponde à gestão escolar dentro das escolas, com a participação da direção e dos conselhos escolares (docentes, pais e alunos).

Os conselheiros percebem o CME como um aliado estratégico na democratização da Gestão da Política Educacional. No entanto, os conselheiros advindos da sociedade civil apontam a necessidade de maior paridade na composição do conselho e de capacitação, para o exercício da representatividade qualitativa deste segmento.

CONCLUSÕES:

Legitimados pela Constituição de 1988, os Conselhos constroem relações entre representantes governamentais e da sociedade civil. Segundo Gohn, “os Conselhos Gestores possuem caráter interinstitucional com o papel de instrumento mediador na relação sociedade/Estado, na qualidade de instrumento de expressão, representação e participação da população” (2003, p. 83).

Na Gestão da Educação em Maringá, o CME é elemento recente de participação popular,

com início de atividades em agosto de 2004. É constituído por treze membros do poder público e dois membros da sociedade civil. Constata-se a falta de paridade entre os segmentos, ausência de participação do setor privado e do terceiro setor. Portanto, a gerência e a fiscalização da Política Educacional ficam centradas no setor público, o que fragiliza a representação do Conselho nas demais esferas políticas.

Não há capacitação dos conselheiros para nivelamento sobre os conceitos relacionados à Educação, em detrimento dos membros da sociedade civil. Por falta de informação, estes não se sentem aptos de bem representar a população. Assim, o CME passa por um processo de abertura para a participação popular. No entanto, necessita de reformulações estatutárias e de conduta, para que possa gerir eficientemente a Política Educacional de Maringá.

Palavras-chave: Serviço Social, Política Social de Educação, Gestão Educacional

E-mail para contato: michelleteodoro@bol.com.br